

## Escola e sindicalismo docente: os Grupos de Estudo nos Cadernos "O Professor"

Manuel Tavares\*

As profundas transformações que se fizeram sentir no ensino e na educação, em meados da década de 70, foram o resultado da Revolução do 25 de Abril de 1974 e das transformações político-sociais que ela possibilitou, mas, também, de uma organização sindical docente relativamente bem estruturada e alargada a todas as regiões do país, cuja origem está, inquestionavelmente, nos Grupos de Estudo.

A consciência, por parte de um grupo restrito de docentes, alguns deles vindos dos movimentos estudantis da década de 60 - com posicionamentos ideológicos diferenciados -, de que era urgente analisar séria e profundamente alguns dos mais graves problemas que afectavam os professores e o ensino em Portugal, tendo em vista a sua discussão e solução, conduziu à formação dos Grupos de Estudo em diversas localidades do país<sup>1</sup>. Numa escola dominada pelo autoritarismo e num contexto político-social adverso, configurado por uma ditadura político-económica, mas, simultaneamente, no âmbito de uma cada vez maior oposição ao regime, emergem, por todo o país, grupos de professores que se organizam, quase espontaneamente, em torno de objectivos comuns: a resolução, numa primeira fase, dos problemas concretos que afectam a classe docente, sobretudo "a atribuição de vencimento nos doze meses do ano (...) a todos os agentes de ensino secundário (...) em exercício"<sup>2</sup> e, posteriormente, em torno de problemas bem concretos do sistema educativo português. À revelia de todas as recomendações internacionais (UNESCO e OCDE) de que todos os professores devem ter direito a férias anuais de duração suficiente e integralmente pagas e à revelia da própria legislação do país que consigna o direito a férias a todos os trabalhadores<sup>3</sup>, o Estado português continua a discriminar os professores e a negar esse direito aos seus próprios funcionários quando, paradoxalmente, impõe às instituições particulares o cumprimento dessa obrigação<sup>4</sup>. É, pois, um conjunto de elementos ligados, por um lado, à situação profissional dos professores e, por outro, à crise do ensino que potencia o aparecimento dos Grupos de Estudo e, posteriormente,

\* UID Observatório de Políticas de Educação e dos Contextos Educativos / Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. O presente artigo faz parte de uma pesquisa realizada no âmbito do Projecto "A Construção da Profissão Docente no Ensino Secundário (1947-1974). Identidades, percursos, formação", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no quadro do Programa POCTI.

dos vários Grupos de Trabalho cuja finalidade consiste na elaboração de documentos temáticos para discussão.

“Foi a estes núcleos de professores de todas as categorias docentes, que podem ser de uma ou várias escolas, com objectivos bem definidos, realização de trabalhos e respectiva publicação, que os professores chamaram ‘Grupos de Estudo’. Em cada Grupo de Estudo, à medida que os trabalhos se tornam mais profundos, novos temas vão surgindo, e torna-se necessária a formação de pequenas equipas de professores para o estudo cuidadoso de cada assunto”<sup>5</sup>.

Os Cadernos “O Professor” publicados, pela primeira vez, em Julho de 1971, constituem a primeira tribuna donde se faz ouvir a voz dos professores e, ao mesmo tempo, pretendem dar conta, a todos os docentes, do movimento reivindicativo, cada vez mais amplo, que se constitui por todo o país. O “Editorial” desse primeiro número refere que os professores têm o direito de exprimir as suas convicções e divulgar os seus contributos tendo em vista a renovação profunda da actividade docente em Portugal.<sup>6</sup> Os Cadernos representam, assim, o primeiro espaço onde os professores podem confrontar os seus pontos de vista quanto às questões profissionais, pedagógicas e culturais que se colocam ao professor do ensino secundário e, simultaneamente, o órgão de expressão do “dinamismo e capacidade criadora da classe docente”<sup>7</sup>.

Para além da importância dos Cadernos na divulgação do trabalho que os vários Grupos de Estudo vão desenvolvendo e do convite que fazem aos docentes “para uma colaboração efectiva em relação ao grupo de estudo da sua zona, ou, caso ele não exista, à formação de um novo grupo”<sup>8</sup>, os comunicados e os abaixo-assinados que circulam por grande parte das escolas de Norte a Sul, contribuem para a formação de uma rede inquebrantável que une os professores em torno dos problemas que a todos dizem respeito.

“O abaixo-assinado com rapidez se espalhou pelo país todo e permitiu ao próprio movimento acabar por constituir, podemos dizer, uma rede nacional que certamente foi aquilo que mais preocupou o governo a partir de certa altura. Foi de facto essa expansão nacional que vinha de Bragança ao Algarve, sem haver (...) ligação orgânica (...) via GE mas de facto o abaixo-assinado acabou por funcionar como o estabelecimento dessa rede”<sup>9</sup>.

Se é verdade que as questões reivindicativas constituem o primeiro impulso para a formação dos Grupos de Estudo, tais como vencimentos e sua equiparação nos três ramos de ensino, assistência médica e medicamentosa a todo o pessoal docente nos doze meses do ano, abolição do Exame de Estado, conhecimento público da lista de

nomeações dos professores que se apresentaram a concurso, Estatuto do Pessoal Docente, etc., também é verdade que, paralelamente, constituíam objecto de preocupação os problemas de carácter didáctico-pedagógico e, conseqüentemente, o estado do sistema escolar em Portugal, consciência de que, afinal, os problemas do ensino não poderiam ser solucionados, por um lado, sem a participação dos professores e, por outro, sem a existência de uma carreira docente prestigiada e cativante. Disto mesmo se dá conta no texto sobre a audiência que foi concedida aos representantes dos Grupos de Estudo pelo senhor ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, no dia 25 de Junho de 1971: "Não nos parece viável que as deficiências do nosso sistema escolar possam vencer-se sem o estabelecimento duma carreira docente prestigiada e cativante, capaz de atrair os melhores elementos"<sup>10</sup>.

Todavia, os obstáculos colocados pelo regime, quer no que diz respeito à realização de encontros de professores para discutirem os seus problemas, quer na ausência de resposta às principais reivindicações, longe de desmobilizarem os professores, antes contribuem para reforçar a sua unidade em torno de questões comuns e a sua determinação em continuar a pugnar pelo direito à participação de todos os docentes no debate dos grandes temas e problemas do ensino, bem como pelo esclarecimento de um cada vez maior número de docentes. Deste modo, solicita-se, periodicamente, aos organismos centrais, autorização para a realização de reuniões por todo o país e de colóquios sobre o Estatuto do Pessoal Docente – estatuto profissional, pedagógico e cívico, bem como sobre a formação do pessoal docente – cursos de actualização e de aperfeiçoamento<sup>11</sup>. Verifica-se, pois, que ao longo do ano de 1971, as grandes preocupações dos Grupos de Estudo se direccionavam para a discussão do projecto de Estatuto do Pessoal Docente e para questões de natureza pedagógica, tendo em vista a actualização e dignificação da classe docente.

É neste sentido que o ano lectivo de 1970-1971 é dominado pela mobilização da classe dos professores para a discussão das primeiras contribuições e das linhas fundamentais tendo em vista a elaboração de um *Projecto de Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Secundário* a ser entregue ao Ministro da Educação Nacional. A este propósito, e no quadro dos debates sobre a Reforma do Ensino, realizam-se por todo o país colóquios e debates onde a questão do Estatuto do Pessoal Docente começa a fazer parte da ordem de trabalhos: é o caso, a título de exemplo, do ciclo de conferências organizado pelo Grupo de Estudo de Leiria sobre a "Reforma do Ensino – uma perspectiva de promoção profissional da classe docente", com a presença de figuras como Aldónio Gomes, Salvado Sampaio, Miller Guerra, Protes da Fonseca, onde se apresentam algumas contribuições para uma definição do que deverão ser os contratos, estágios e efectivação dos professores<sup>12</sup>.

O *Caderno n.º 3 de 'O Professor'*<sup>13</sup> é exclusivamente dedicado ao anúncio e preparação do Colóquio da Figueira da Foz, a realizar a 16 de Janeiro de 1972. Deste número, constam importantes contributos teóricos sobre o estatuto profissional, pedagógico e cívico do professor (Rui Grácio) e sobre a formação de professores (Delfim Santos e Rui Grácio).

Tendo por base a *Recomendação Internacional*, saída da Conferência Intergovernamental sobre a situação do pessoal docente, realizada em Paris, de 21 de Setembro a 5 de Outubro de 1966, e aprovada por 75 países, reflecte-se sobre o que é o estatuto do professor, quer do ponto de vista jurídico, quer social e definem-se, à partida, os problemas fundamentais que deverão constituir o estatuto do pessoal docente, tendo em consideração a especificidade da profissão. Dele deverão constar, entre outros, “a natureza jurídica do pessoal dedicado ao ensino, a dedicação do dito pessoal, os requisitos e exigências para a selecção do pessoal docente, a retribuição, as garantias jurídicas, aperfeiçoamento e actualização, importância social da função docente, sistema de avaliação...”<sup>14</sup>.

Rui Grácio é, indiscutivelmente, um dos filósofos da educação que mais contribuiu para configurar, do ponto de vista teórico, a actividade dos Grupos de Estudo. Num dos textos referidos, o autor estabelece uma relação indissociável entre a importância do ensino, a função do professor, a valorização material da carreira e a formação e aperfeiçoamento profissionais. Reconhece que “o ensino é o investimento economicamente mais rentável a longo prazo e que não parece ter a sua contrapartida nem na ‘consideração ligada à importância da função do professor’, nem nas ‘condições materiais’ em que exerce tal função” e que “a valorização social da carreira docente não depende apenas da melhoria da condição material e jurídica do professorado, depende também da sua formação e aperfeiçoamento profissional”<sup>15</sup>.

São, pois, estas questões que passam a preocupar os professores, organizados nos Grupos de Estudo e que constituem as matérias de prioritária reivindicação.

Entre Janeiro de 1972 e Outubro de 1973, os professores viram-se, por imperativos legais, privados dos Cadernos “O Professor”. No mês de Setembro de 1972, um grupo de professores-proprietários requereu a inscrição da revista *O Professor* no Registo de Imprensa. Em Outubro de 1973 surge o 1.º número dedicado ao estatuto do professor.

Torna-se cada vez mais evidente que os Grupos de Estudo não possuem a força reivindicativa que possuiria uma associação sindical de professores. Os Grupos de Estudo não são efectivamente reconhecidos como interlocutores do poder instituído e as decisões do Ministério da Educação acabam por ser tomadas sem a sua auscultação. No que diz respeito ao Estatuto, o Ministério da Educação enviou, em Maio de 1972, aos directores e reitores dos estabelecimentos de ensino – com um pedido de parecer – um documento intitulado *Contributo para um Estatuto Profissional do Pessoal Docente dos Ensinos Básico e Secundário*, trabalho esse elaborado pela Direcção de Serviços de Estudos do GEPAE<sup>16</sup>. Contrariamente a todas as declarações até então proferidas pelo Ministro da Educação, que referia a importância dos contributos dos professores para a elaboração do seu Estatuto, o referido documento é enviado às escolas com um ofício que informa os directores e reitores relativamente ao seu carácter confidencial. Cerca de um mês depois, chegam aos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário circulares, solicitando que o pessoal docente se pronuncie

“sobre as alterações a introduzir na actual situação dos professores”, apresentando como prazo limite para o envio das sugestões, o dia 25 de Junho. Pressupõe o Ministério da Educação que os professores não teriam qualquer oportunidade de fazer sugestões, num tão curto espaço de tempo e, ao mesmo tempo, numa época de final do ano lectivo e de exames.

Face a todas as dificuldades, torna-se cada vez mais claro que é necessário criar condições para a participação efectiva e correcta dos docentes na discussão do estatuto.

Apesar da importância dos Grupos de Estudo na mobilização dos professores, na promoção dos debates realizados e nas reflexões efectuadas sobre os mais diversificados temas, parece ser cada vez mais evidente que é necessária a constituição de uma Associação Sindical de Professores que possa ser representativa dos docentes e parte actuante na definição dos termos de um estatuto profissional.

A revista *O Professor* é o primeiro órgão de informação da classe docente que tem por finalidade “dar forma às dúvidas, às inquietações, aos desejos que (...) perpassam entre o pessoal docente (...) e [ser] um elo de ligação entre a classe docente”<sup>17</sup>; apresenta, no seu primeiro número, uma síntese dos vários contributos dos professores para a elaboração do seu estatuto profissional e da exigência de uma participação na definição das linhas-mestras desse estatuto e dos respectivos conteúdos. Assim, as preocupações dos docentes giram em torno do problema das remunerações, participação dos docentes na gestão escolar, quadros e carreira, horário de trabalho e diuturnidades, assistência médica e segurança social e reivindicação de um estatuto único para todas as categorias docentes<sup>18</sup>. Estas contribuições, mais do que reflectindo questões de natureza técnica e jurídica, são o reflexo das grandes preocupações daqueles que, no seu dia a dia, sentem que a não dignificação da profissão e função docentes tal como a sua desvalorização social têm reflexos profundamente negativos na qualidade do ensino e, simultaneamente, são geradoras de grande desmotivação por parte da classe docente.

É com simpatia e entusiasmo que a revista *O Professor* é discutida, apreciada ou criticada na sala dos professores das várias escolas e liceus do país, apesar de ter sido proibida ou dificultada a sua circulação em dois ou três estabelecimentos de ensino<sup>19</sup>.

Nesta fase, a grande questão que se coloca aos Grupos de Estudo, como resultado de todas as dificuldades e obstáculos que foram colocados pelo poder central e pelas diversas formas de poder disseminadas por todas as escolas e liceus (directores e reitores), é a constituição de uma Associação dos Professores que seja representativa da classe docente e que possa ser mediadora na defesa dos seus interesses.

A “Associação dos Professores” é o tema central do 2.º número da revista *O Professor*, considerando-se, desde logo, que

“a criação de um organismo de classe que os represente colectivamente constitui de há muito uma profunda aspiração dos professores portugueses. Ultimamente essa aspiração revelou-se mais que nunca evidente com os

numerosos e significativos testemunhos de adesão à iniciativa da constituição de uma Associação de Professores (como o demonstram, por exemplo, as inúmeras resoluções dos conselhos escolares de liceus e escolas de todo o país aquando da discussão do Estatuto em Junho do ano lectivo transacto)<sup>20</sup>.

A revista *O Professor* apresenta-se, pois, como uma espécie de consciência colectiva que pretende dar forma e corpo às principais reivindicações de uma classe que se sente, cada vez mais, desvalorizada socialmente e que, ao mesmo tempo, tem a consciência de que a qualidade do ensino e da educação passa, necessariamente, pela sua participação e pela existência de um interlocutor do poder que seja representativo de toda a classe.

Conscientes de que só através de uma organização representativa, os professores poderão constituir uma força que pode contribuir consideravelmente para a resolução dos problemas comuns à classe e para o progresso da Educação, participando na elaboração da política educacional, inicia-se um amplo debate entre os professores, de que se salienta o ciclo de colóquios realizados, em Outubro e Novembro de 1972, na Escola Preparatória de Francisco de Arruda, em Lisboa, com a participação de várias escolas. O documento elaborado, a partir desses colóquios, é distribuído por todas as escolas e liceus do país. Dele se transcrevem alguns excertos significativos que reflectem algumas das preocupações, sobretudo a da elevação da consciência deontológica e da melhoria do ensino em Portugal, mas, também, o desejo de retomar uma tradição associativa que foi interrompida pela ditadura:

“O desempenho cabal (da função docente) exige que se reconheça ao professor o direito, não só à sua maioria civil mas também à sua maioria profissional. Enquanto o professorado não tiver o direito de associar-se para discutir e decidir acerca dos problemas do seu *métier*, não haverá classe no professorado nem haverá ética profissional, a não ser nos compêndios de didáctica”;

“O professor sente a necessidade de reatar uma tradição associativa que em Portugal remonta ao século passado e que já teve concretização feliz no Sindicato dos Professores Primários de Portugal, em 1911, o qual, ao longo de toda a sua existência, pugnou pela difusão e aperfeiçoamento da instrução popular e pela defesa dos interesses profissionais dos seus associados, ao lado de outras associações do pessoal docente, como a dos Professores do Magistério Secundário, fundada em 1904”<sup>21</sup>.

Já nos referimos às preocupações pela formação (inicial, profissional e contínua), sempre manifestadas pelos professores, organizados nos Grupos de Estudo. Não poderá haver professores sem formação, afirma-se no número 3 da revista *O Professor*, de Fevereiro de 1974, dedicada ao tema da “Formação de Professores e estágios”.

Os depoimentos de um conjunto de professores, envolvidos como metodólogos ou como estagiários, na formação profissional, são reveladores de que existia a consciência da necessidade de mudança da filosofia que presidia à formação dos professores. A nova formação dos professores deveria ser traduzida por uma linha de tempo contínua na vida profissional, pela actualização permanente, pela troca de experiências e reflexões críticas, pelos interesses em relação aos processos de aprendizagem e, simultaneamente, pela realidade psicossocial dos alunos. Considerava-se, então, que era o próprio conceito de formação que deveria ser desconstruído e que as próprias metodologias de formação deveriam ser repensadas<sup>22</sup>.

Todos os debates realizados pelos professores, entre 1971 e 1974, contribuíram para a definição da filosofia orientadora dos futuros sindicatos de professores. Os Grupos de Estudo, são, pois, do ponto de vista histórico, o embrião, uma espécie de "código genético" dos sindicatos de professores que, rapidamente, se constituem em todas as zonas do país, logo após o 25 de Abril de 1974, com uma estrutura organizativa construída ao longo da experiência dos diversos Grupos de Estudo existentes, de Norte a Sul do país.

#### Notas

- <sup>1</sup> O que é um Grupo de Estudo?. (1971). Cadernos "O Professor", Julho. O primeiro Grupo de Estudo formou-se em Lisboa, tendo-se rapidamente constituído em várias localidades, como Porto, Almada, Barreiro, Montijo, Évora, Leiria, Faro, Tomar, Vila Viçosa...
- <sup>2</sup> Os pontos prioritários e urgentes. (1971). Idem, ibidem. Estima-se que em 1967 a percentagem de professores eventuais ou provisórios sem direito a férias e, consequentemente, sem vencimento era de 81,1%. Depois da entrada em vigor do Decreto.-Lei n.º 331/71, de 4 de Agosto, que alarga a categoria de professor extraordinário ao ensino liceal e ciclo preparatório, a percentagem de professores sem direito a férias e sem vencimento cifra-se na ordem dos 50%. Veja-se Separata de "O Professor" (1971), 2, Setembro, onde se reproduz o referido Decreto-Lei. Recorda-se, ainda, que todo o professor nomeado depois de 15 de Outubro perdia o direito ao pagamento das férias (O direito a férias: um direito de todo o trabalhador. Idem, ibidem).
- <sup>3</sup> O trabalhador tem direito a gozar férias em virtude do trabalho prestado em cada ano civil. Art.º 55-1.º do Decreto.-Lei n.º 49 408 de 24 de Novembro de 1969 (Idem, ibidem).
- <sup>4</sup> "(...) que os patrões particulares dêem férias e o respectivo subsídio aos seus empregados" Nota do Dia. (1971). Diário de Lisboa, 12 de Julho. (Citado em Cadernos "O Professor" (1971), n.º 2, Setembro).
- <sup>5</sup> O que é um Grupo de Estudo?. (1971). Cadernos "O Professor", Julho.
- <sup>6</sup> Editorial. (1971). Idem, ibidem.
- <sup>7</sup> Idem, ibidem.
- <sup>8</sup> O que é um Grupo de Estudo?. (1971). Idem, ibidem.
- <sup>9</sup> "Entrevista a Agostinho Lopes" (2002), um dos fundadores dos Grupos de Estudo, realizada por Maria Manuel Calvet Ricardo, em Outubro.
- <sup>10</sup> (1971). Seara Nova, Março.
- <sup>11</sup> Colóquio da Figueira da Foz, Grupo de Estudo de Braga, Grupo de Estudo de Lisboa. (1971). Cadernos "O Professor", Julho.
- <sup>12</sup> (1971). Cadernos "O Professor", 2, Setembro.
- <sup>13</sup> (1971). Idem, Dezembro.
- <sup>14</sup> Canals, Carlos Carrasco (1971). O que é um estatuto do pessoal docente?. Idem, Dezembro, 5.
- <sup>15</sup> Grácio, Rui (1971). O estatuto profissional do professor. Idem, Dezembro, 13.
- <sup>16</sup> Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa.
- <sup>17</sup> Nota de abertura. (1973). O Professor, 2, Dezembro, 2.
- <sup>18</sup> Estatuto do pessoal docente. Breve cômputo de uma discussão. (1973). Idem, 1, Outubro, 15-21.

- <sup>19</sup> Nota de abertura. (1973). Idem, 2, Dezembro, 2.  
<sup>20</sup> Associação dos Professores. (1973). Idem, ibidem, 19.  
<sup>21</sup> Para uma Associação de Professores. (1973). Idem, ibidem, 24.  
<sup>22</sup> Formação de Professores. Estágios. (1973). Idem, 3, Fevereiro, 11-38.

#### Referências Bibliográficas

- Cadernos "O Professor"*, 1, Julho de 1971.  
*Cadernos "O Professor"*, 2, Setembro de 1971.  
*Separata de "O Professor"*, Setembro de 1971.  
*Cadernos "O Professor"*, 3, Dezembro de 1971.  
*Revista "O Professor"*, 1, Outubro de 1973.  
*Revista "O Professor"*, 2, Dezembro de 1973.  
*Revista "O Professor"*, 3, Fevereiro de 1974.